

PRAGMÁTICA – UMA ENTREVISTA COM HERONIDES MOURA

Heronides Moura
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

ReVEL – Na sua concepção, qual é a linha divisória entre Semântica e Pragmática?

Heronides - Essa é uma questão ainda em aberto, há muitas respostas. Há alguns anos, no meu livro *Significação e contexto*, defendi que devemos reservar para a pragmática o estudo dos conteúdos informativos e inferenciais que dependam estritamente da intenção do falante, ou seja, que envolvam uma suposição sobre o que está representado, sob a forma da linguagem, na mente do falante. O meu interesse era evitar que a linha divisória fosse traçada pelo contexto, o que dá a fórmula, que eu queria evitar, semântica + contexto = pragmática. A idéia é que proposições que são acessíveis para os falantes, que são pressupostas, podem entrar no cálculo semântico normalmente, pois tais proposições de conhecimento comum, linguisticamente codificadas, não dependem em nada de inferências sobre a mente do interlocutor. Uma aplicação recente desse princípio se encontra na tese de Maria Leonor dos Santos, intitulada “Condicional e contexto”. Ela dá exemplos como este: “Se o árbitro não viu a cabeçada do Zidane, um de seus auxiliares viu”. Consideramos, como falantes do português, que esse condicional expresse uma verdade, mas para chegarmos a essa verdade tomamos por base uma informação de conhecimento comum, externa à sentença em si: na final da copa de 2006, Zidane deu uma cabeçada num jogador italiano e foi expulso da partida pelo árbitro. Se dispomos dessa informação, consideramos o condicional citado como expressando uma verdade. Ou seja, uma sentença, linguisticamente expressa, “puxa” uma série de outras sentenças, não expressas mas linguisticamente codificadas, que ajudam a

calcular o valor de verdade da sentença em causa. Isso implica que essas sentenças que dependem de outras sentenças não expressas não têm condições de verdade ou têm condições de verdade dependentes da pragmática? Não, o que é preciso é ampliar as condições de verdade de uma sentença de modo a abarcar informações contextuais transparentes para os interlocutores. O uso dessas informações contextuais pode ser regular e sistemático, e totalmente independente de suposições sobre o que se passa na mente dos falantes, limiar a partir do qual entraríamos na seara da pragmática.

Um outro tipo de delimitação é a seguinte: se um determinado fenômeno, considerado como caracteristicamente pragmático, recebe um tratamento formal que seja compatível com uma representação semântica e que funcione segundo as mesmas regras e condições dessa representação semântica, esse fenômeno deve ser considerado semântico e não pragmático no âmbito dessa teoria. Vou dar um exemplo. Na teoria do Léxico Gerativo (Pustejovsky, 1995), é possível atribuir duas proposições à sentença “João começou o livro”: “João começou a ler o livro” e “João começou a escrever o livro”. Num primeiro momento, já se poderia argüir que essas atribuições de sentido dependem de conhecimento de mundo, e que a parte faltante na sentença é agregada no formato de uma explicatura, ou seja, um acréscimo pragmático à proposição inicial. Mas o que faz a teoria do Léxico Gerativo? Ela está ancorada em regras gerativas composicionais e em representações lexicais enriquecidas. Sem entrar nos detalhes técnicos, notemos que, para chegar àqueles sentidos, é preciso fazer uso, em primeiro lugar, da regra composicional de coerção de tipo, em que um constituinte semântico altera (coage) o tipo semântico de outro tipo com o qual se combina. Assim, o verbo “começar” claramente pede como complemento um constituinte de tipo eventivo, como em “João começou a correr”. No entanto, na sentença “João começou o livro”, o substantivo “livro” não é um evento, mas isso geraria um choque semântico, como em “Comi coca-cola”. Por que esse choque não ocorre? Porque “livro” é convertido num evento. E é convertido num evento graças à representação enriquecida do item lexical “livro”, que deve conter informações não apenas de inserção categorial, do tipo “é uma publicação”, mas também sobre a forma de criação (“um livro é escrito por um autor”) e sobre sua função (“um livro serve para ser lido”). Logo, na representação semântica do item lexical “livro”, há dois eventos embutidos: o evento de ler o livro, e o evento de

escrevê-lo. Se é assim, a coerção de tipo pode se aplicar: o signo “livro”, que não é do tipo eventivo, é reconvertido num evento, de ler ou escrever o livro, e a parte faltante na sentença “João começou o livro” pode ser inferida com base num mecanismo puramente semântico, sem o recurso a qualquer elemento pragmático. Mas para isso é preciso aceitar que o conteúdo semântico do signo “livro” nos informe que o objeto a que ele se refere serve para ser lido... Como eu disse, a função tipicamente associada a um objeto poderia ser considerada como conhecimento enciclopédico, e como tal de natureza pragmática. Mas se tal informação é inserida num mecanismo de cálculo semântico, ele passa a ser semântico... Note que essa segunda possibilidade de delimitação pode ser compatível com a que eu propus mais acima: se “um livro serve para ser lido” é informação consensual disponível para os falantes de uma comunidade, então pode entrar no cálculo semântico sem problemas, pois não depende de inferências concernentes à mente dos falantes.

Uma outra possibilidade de delimitação é considerar que todo elemento lingüístico que funcione como dêixis, ou seja, de forma indicial, seja considerado como dependente da pragmática. O exemplo mais claro desses elementos indiciais são os pronomes pessoais. Assim, uma sentença como “Eu comecei o livro” só ganharia sentido no campo da pragmática, pois o pronome “eu” é um elemento dêitico que só adquire sentido no momento da enunciação. E aí deveria intervir uma explicatura que desse valor a esse elemento indicial, convertendo-o num nome próprio, por exemplo: “Heronides começou o livro”. Essa linha de demarcação dos campos da semântica e da pragmática muitas vezes implica que não é possível obter-se uma representação semântica pura, sem o recurso à pragmática, pois praticamente toda sentença contém elementos dêiticos. Ora, note que a troca de “eu” por “Heronides” em nada altera o sentido das outras palavras que formam a sentença, e que as mesmas regras de interpretação que funcionam para “Heronides começou o livro” funcionam também para “Eu comecei o livro” (desconsiderando a questão da pessoa gramatical). Inclusive a regra, que acabamos de ver, que permite interpretar “Heronides começou o livro” como “Heronides começou a escrever o livro” ou como “Heronides começou a ler o livro”, aplicar-se-ia da mesma forma à sentença “Eu comecei o livro”. Assim, há um plano de representação semântica que existe independentemente do plano pragmático. A diferença entre o uso do dêitico e o uso

do nome próprio é que o primeiro é uma variável e o segundo é uma constante, e isso é tudo o que importa para a interpretação semântica. Note aliás que, para a perfeita interpretação, na vida real, de “Heronides começou o livro”, é preciso que eu saiba quem é o tal Heronides de que se está falando, de tal modo que voltamos à pragmática mesmo com o uso do nome próprio! O nome próprio também é um índice, também aponta para um referente, logo é preciso saber para quem ele aponta! A diferença entre um índice como “eu” e um índice como “Heronides” é que “Heronides” designa sempre um mesmo indivíduo, ao passo que “eu” designa indivíduos específicos a cada enunciação. “Heronides” designa rigidamente, é um designador rígido, na terminologia de Kripke. Bem, se é assim, então também só podemos interpretar “Heronides começou o livro” a partir da pragmática? Se eu não sei que indivíduo o signo “Heronides” designa, eu não sei nada sobre as condições de verdade dessa sentença? Claro que não! As condições de verdade dessa sentença são tais que existe um referente que recebe o nome de “Heronides” e que esse indivíduo, seja qual for, começou a ler ou escrever um livro específico, assim como as condições de verdade da sentença “Eu comecei o livro”, são tais que existe um indivíduo que começou a ler ou escrever um livro específico. Bem, ainda podemos complicar mais o cenário, e lembrar que a própria expressão “o livro”, que é uma descrição definida, se refere a um objeto específico, e não a um livro qualquer, mas simplesmente eu não sei que livro é esse, se não disponho do contexto. Esse caráter dêitico de “o livro” anula a possibilidade de dar sentido à sentença “Heronides começou o livro”? Claro que não! Exigir que, para haver uma proposição, seja preciso dar valor a todas as expressões indiciais que ocorrem numa sentença equivale a exigir da semântica uma foto precisa das situações de comunicação da linguagem humana. Ou seja, para um falante F, dirigindo-se a um ouvinte O, num tempo T, e numa circunstância comunicativa específica, é de fato importante definir precisamente as denotações de “Heronides” e “o livro”, mas exigir que tais especificações sejam representadas semanticamente é cobrar da semântica algo que não é de seu escopo. Como diz Jorge Campos (2004), a linguagem humana pode ser examinada segundo múltiplas interfaces, e só quando há uma interface com a comunicação é que se deve representar as denotações dos elementos dêiticos. A semântica não está voltada para a representação de cenários específicos de comunicação humana (esse aliás talvez seja um dos objetivos da pragmática), embora ela deva fornecer uma representação a partir da qual seja

possível analisar esse uso comunicativo pelos seres humanos. Sem semântica, não há comunicação, mas a semântica sozinha não é condição suficiente para a comunicação.

Há pontos muito controversos na delimitação das fronteiras da semântica e da pragmática. Um exemplo é o da denotação das expressões vagas. Um caso clássico é o dos adjetivos graduais, como “alto” ou “rico”. Qual o valor de verdade de uma sentença como “João é alto”? Nitidamente, precisamos em primeiro lugar definir a denotação do adjetivo “alto”, mas isso não é possível sem o recurso a um contexto muito específico. Não é o caso de falta de informação sobre o mundo (imaginemos que João tem 1,80m), mas de falta de especificação da palavra “alto”. Se aplicada num contexto familiar, de comparação entre irmãos, por exemplo, “João é alto” pode ser verdadeira, mas se relativa a jogadores de vôlei ou basquete, essa sentença é falsa. Devemos então dizer que sentenças com adjetivos graduais não têm valor de verdade, sendo totalmente definidas a partir de negociações pragmáticas sobre os sentidos das palavras? Onde traçar a fronteira entre sentido fixo e negociação?

Um aspecto que não se pode perder de vista é que, para certos casos, a atribuição de verdade à sentença com expressões vagas não depende do contexto: por exemplo, se João tem 2,0m, ele será alto em qualquer contexto de nosso mundo real (podemos é claro imaginar mundos possíveis em que homens de 2 metros não sejam altos, mas aí é outro problema). Uma modelo anoréxica de 50kg será certamente magra em qualquer contexto... Logo, há uma parte fixa na denotação das palavras vagas, e uma parte sujeita à flutuação. Podemos ampliar o alcance da semântica e considerar que a parte flutuante da denotação indica que uma expressão vaga é um predicado comparativo, de dois argumentos, e quando se diz “João é alto”, se exprime de fato, no plano da forma lógica, a comparação “João é mais alto que a média de indivíduos pertencentes à classe C”. Assim, se C indica a classe de irmãos de João, então “João é alto” é uma sentença verdadeira; se C indica a classe de jogadores de basquete, então “João é alto” é uma sentença falsa. Em suma, a semântica de expressões vagas se baseia não em uma única interpretação, mas numa classe de interpretações veri-condicionais. Analisamos a verdade de uma sentença como “João é alto” com base nessas diferentes interpretações possíveis (ver Chierchia, 2003, p. 225).

Um caso um pouco mais sutil é o da delimitação precisa das condições de verdade de uma sentença. Se um professor pede ao aluno para abrir a porta da sala, e o aluno vai lá e bate com uma marreta na porta até que ela abra, podemos dizer que o aluno seguiu as instruções contidas no pedido do professor? Acho difícil responder positivamente a essa questão, embora na ordem “Abra a porta” não haja nenhuma especificação sobre o modo de se abrir a porta. Quais as condições de verdade da ordem “Abra a porta”? Somos tentados a imaginar que essa ordem não fornece todos os dados, e que boa parte do que se deseja transmitir está elidido, apagado. Uma informação completa seria: Abra a porta (agora) (usando a maçaneta) (usando suas mãos) (calmamente) etc. Quanto de informação precisamos para obter uma proposição? Entre o que dizemos e a especificação, no mundo, das condições de verdade do que dizemos parece haver muitas vezes um lapso, que só pode ser preenchido pragmaticamente (ver Recanati, 2004). Onde vamos estabelecer a fronteira entre o que é dito no plano semântico e o que é implicado no plano pragmático só pode ser estabelecido internamente em cada teoria sobre a linguagem humana.

ReVEL – Quais são as principais linhas de pesquisa em Pragmática hoje? Quais são as atuais “preocupações” dos estudos pragmáticos?

Heronides - Esquemáticamente, eu diria que há três linhas de pesquisa em Pragmática. A primeira é a linha neo-griceana, muito apreciada pelos semanticistas, pois dá à pragmática uma posição secundária, ancilar. Quando a semântica não explica, Grice *saves*!

A segunda é a que sustenta que a linguagem humana se baseia num sistema informal de inferências, totalmente dependente do contexto, e que não estabelece uma linha muito nítida entre semântica e pragmática. É o caso da teoria da relevância e também de teorias contextualistas.

Uma terceira é a de uma pragmática social e discursiva, na linha do que se faz no IPrA (International Pragmatics Association) (<http://ipra.ua.ac.be>).

A linha neo-griceana tem a vantagem de ser muito clara. Por exemplo, no caso da ordem “Abra a porta”, analisada acima, a semântica estipularia apenas uma injunção para que se realize um estado de coisas muito geral, no qual a porta deve estar aberta, e nada se diz sobre como isso deve ser feito. No meu entendimento, uma abordagem neo-griceana deve dizer que não há problema algum, do ponto de vista semântico, em usar a marreta e não a maçaneta pra abrir a porta! A impropriedade seria apenas pragmática, como alguém que responderia à frase “Sente aqui”, sentando-se de costas na cadeira indicada, com as pernas voltadas para o espaldar! A representação semântica dá um retrato esquemático do estado de coisas, os detalhes do retrato devem ser fornecidos pelas implicações pragmáticas, que são extremamente variadas e ricas, embora regidas por poucos princípios (as máximas da conversação).

Outro exemplo: quando se diz “Está chovendo”, um elemento importantíssimo da comunicação não está expresso na frase: está chovendo AQUI e não alhures. Uma abordagem griceana diria: a proposição completa expressa é essa mesmo, muito genérica e lacunar, de que está chovendo em algum lugar. O “aqui” só entra depois de uma inferência pragmática baseada na relevância e na quantidade de informação fornecida. Se o falante me informa que está chovendo (e é só essa parte da informação que define as condições de verdade da sentença), eu posso inferir que isso foi dito para me informar de algo que seja importante para mim, e que se o lugar da chuva não foi especificado, é porque eu devo inferir a parte que falta na informação e, se nada na mensagem me leva a pensar o contrário, o mais importante é saber que aqui, e não na China, está chovendo.

Os contextualistas advogam que esse tipo de exemplo mostra, ao contrário, que a representação semântica é insatisfatória, pois a sentença “Está chovendo” não exprime uma proposição completa, já que um lugar deve ser especificado. Como o lugar é um índice, uma dêixis, então essa sentença é indicial e só ganha sentido no contexto. Mas não! A sentença “Está chovendo” é verdadeira se e se somente está chovendo, e a chuva tem de cair em algum lugar, logo a sentença é verdadeira se e

somente se está chovendo em algum lugar. O lugar não é especificado na sentença, mas isso não é problema: podemos quantificar a variável de lugar e traduzir a sentença como: existe um lugar x tal que está chovendo em x . Note que essa tradução capta perfeitamente as condições de verdade de “Está chovendo”, mas é claro que pragmaticamente podemos inferir que esse lugar é aqui, como aliás poderia ser outro lugar (imagine que você está preocupado com a seca que tem assolado o Nordeste e seu amigo diz: Está chovendo agora. Ele deve estar querendo dizer: está chovendo lá no Nordeste agora). Continua sendo verdadeiro, nesse caso, que “existe um lugar x tal que está chovendo em x ”. Obviamente, essa tradução diz menos do que é necessário para a comunicação, mas qual o problema disso? Nem tudo o que pensamos vem expresso nas palavras que dizemos, mas isso não implica que elas não tenham sentido por si mesmas.

Há para mim outros problemas com a abordagem contextualista. Um deles é um argumento que é comumente usado pelos defensores dessa abordagem. Como vimos, a abordagem griceana ou neo-griceana postula que a pragmática não tem efeito sobre as condições de verdade da sentença; o caráter veri-condicional da sentença está no escopo da semântica. Logo, elementos contextuais inferíveis a partir da situação comunicativa seriam agregados, num momento logicamente posterior, ao conteúdo propriamente proposicional. Os contextualistas, ao contrário, argumentam que retirar da sentença o seu contexto comunicativo pode simplesmente esvaziar a sentença de qualquer sentido plausível. Um exemplo clássico é: “O sanduíche de presunto saiu sem pagar”, frase usada, por exemplo, por uma atendente de lanchonete, para se referir ao consumidor que pediu um sanduíche de presunto. As condições de verdade dessa sentença obviamente tomam como referente de “sanduíche de presunto” não o lanche, mas o seu comprador, ou seja, um sentido metonímico derivado do literal. Os contextualistas argumentam que só o sentido derivado importa, pois de outra forma teríamos uma sentença absurda, segundo a qual os alimentos ganham vida e dão calote! Bem, é claro que é o sentido metonímico que é usado, mas o argumento falha ao inferir com base em um exemplo de metonímia contextual a idéia de que TODA a linguagem é também contextual. Nesse tipo de uso específico, como podemos dispensar o contexto, se é o contexto que serve de ancoragem para o sentido? Isso absolutamente não prova que todas as sentenças

precisem de contexto inferível a partir das intenções comunicativas. Prova apenas que nessa sentença o contexto é necessário.

Outra objeção é que podemos analisar o caso do sanduíche de presunto como um caso de polissemia regular, no termo de Nunberg, pois, para uma certa comunidade de falantes, há uma regra metonímica que converte as palavras referentes a produtos alimentares em termos que se referem aos compradores desses produtos. Ora, uma polissemia regular como aquela que usa o signo que se refere ao veículo para se referir ao motorista do veículo é usada normalmente pela maioria dos falantes de português, como em “Eu estou estacionado no pátio”. Ocorre aqui uma “transferência de sentido” regular, e o verbo “estacionar”, que se refere normalmente a veículos, passa a se referir a pessoas que dirigem os veículos. Essa regra (cuja natureza semântica ou pragmática precisa ser investigada) é comum a todos os falantes do português. Já a sentença com o sanduíche de presunto é usada por apenas algumas comunidades de falantes, que formam uma espécie de dialeto. Ora, nesse dialeto, a regra que converte signos de comida em signos de consumidores é perfeitamente regular e intersubjetiva. Assim, a linguagem dessa sub-comunidade fornece suas próprias regras para a interpretação dessa metonímia, que é tão banal para os membros dessa comunidade quanto para nós a referência a termos de massa e termos contáveis com um mesmo signo (p. ex, “João cria alguns coelhos” e “João come coelho”). Portanto, pode-se muito bem questionar a idéia de que é preciso passar pela intenção específica de um falante específico para chegar às condições de verdade da sentença “O sanduíche de presunto saiu sem pagar”. Uma regra lexical de um certo “dialeto” do português provê a interpretação correta, de uma forma regular e previsível para todos os falantes daquela comunidade.

A tese de Mônica Trindade (2006) mostra que é possível representar esse tipo de regra lexical em termos semânticos, e não pragmáticos. Usando o conceito de composição enriquecida de Jackendoff (2002) e a representação do léxico gerativo, ele propõe um formalismo que permite explicar como se chega à interpretação de sentenças desse tipo de uma forma regular e previsível.

A terceira linha de pesquisa em Pragmática que eu gostaria de ressaltar é a social-discursiva, ou macropragmática, de acordo com a definição de Jacob Mey, no verbete “Pragmatics” da *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Como diz Mey, nessa abordagem “the emphasis is on what actually goes on in language use; the context of use is not limited in advance, and basically comprises the entire environment, both linguistic and “extralinguistic” (op. cit., pag. 728). O que passa a ser importante, nessa abordagem, é a definição de um cenário de uso mais amplo (por exemplo, linguagem médico-paciente, linguagem do ambiente de trabalho, linguagem da mídia, da sala de aula, etc.), e a forma como tais cenários interagem com os usos lingüísticos. Portanto, há um distanciamento dos tópicos de interesse mais tradicionais da pragmática, como a dêixis, a referência, a anáfora e os atos de fala, que estabeleciam um recorte de análise muito mais estrito, no âmbito da sentença e de seu contexto imediato. Esses tópicos mais tradicionais correspondem ao que Mey denomina micropragmática. Note que os tópicos da micropragmática são aqueles ligados à questão dos limites da semântica e da pragmática, ao contrário dos temas de análise da macropragmática, que ultrapassam o âmbito da análise lingüística. De fato, a macropragmática implica uma abordagem interdisciplinar da linguagem, utilizando ferramentas da análise da conversação, da etnometodologia, da sociologia, etc.

A forma como essa abordagem pragmática encara o papel da semântica varia de autor para autor. Tanto se pode adotar uma perspectiva contextualista, que pressupõe que não há significado proposicional fora de um contexto de uso específico, quanto se pode adotar uma perspectiva neo-griceana, que reserva à proposição um papel fundamental no cálculo das mensagens codificadas linguisticamente.

Vou dar um exemplo de análise de pragmática social, ou macropragmática, e tentar mostrar, brevemente, que esse tipo de análise não é incompatível com a idéia de que as palavras tenham um valor semântico fixo, que ultrapassa as situações de discurso. Permito-me aqui citar um texto meu (Moura, 1999): “Sarangi e Slembrouck (1992) analisam uma interação em que um migrante de origem asiática, Aziz, solicita auxílio da seguridade social britânica. Em função de diferenças culturais e da discrepância de

objetivos, Aziz e o funcionário do governo não conseguem se entender mutuamente sobre o sentido de 'seguridade social'. Aziz, que está desempregado, solicita 'seguro-desemprego', não desejando, todavia, obter um complemento 'salário-família' (oferecido a famílias de baixa renda), pois para ele seria vergonhoso admitir que não tem condições de sustentar sua família. Já o funcionário do governo pretende apenas averiguar as condições legais de Aziz receber um auxílio, seja ele o seguro-desemprego ou o salário-família. Isso gera uma interação problemática, como no diálogo abaixo (op. cit:148)¹:

Funcionário: Por que você não se candidatou à seguridade social?

Aziz: Não, eu teria de receber dinheiro do seguro-desemprego.

A partir desse diálogo, fica claro que o funcionário e Aziz usam o termo 'seguridade social' com sentidos diferentes. Para o funcionário, 'seguridade social' engloba os auxílios desemprego e família, ao passo que para Aziz 'seguridade social' engloba apenas 'salário família'. Portanto, Aziz deseja receber seguro-desemprego e não deseja receber 'seguridade social', o que é simplesmente contraditório para o funcionário. O diálogo termina truncado.”

Esse é um exemplo de análise de pragmática social. A assimetria dos papéis sociais dos falantes, e não qualquer fator intrínseco à linguagem, leva a um conflito de interpretação. Mas note que, em última instância, esse conflito está ligado a uma questão de sentido e de referência: a significação de “seguridade social” é vaga. Mas isso não implica, como já vimos nessa nossa discussão, que não exista um núcleo fixo de significação nesse termo. Há uma parte fixa e uma parte negociável nos sentidos das palavras vagas. O processo interativo gira em torno da parte flutuante do significado da palavra, como quando discutimos se uma pessoa que tem um patrimônio de 200.000,00 reais é rica ou de classe média. O estudo da linguagem em uso não projeta qualquer sombra sobre a estrutura semântica da linguagem, que é, de um ponto de vista lógico, anterior ao uso.

¹ Tradução minha.

ReVEL – O senhor poderia sugerir alguns livros sobre Pragmática, para que nossos leitores possam se iniciar ou mesmo se aprofundar no assunto?

Heronides - Citaria os seguintes:

1) Levinson, S. C. 1983. *Pragmatics*. Cambridge University Press, Cambridge.
É um clássico na área e expõe os fundamentos da pragmática. Apresenta uma abordagem griceana.

2) Sperber, D. & Wilson, D. 1986. *Relevance: communication and cognition*. Blackwell, Oxford.
Clássico da área, defende que a significação na língua natural envolve um sistema informal de inferências. Há uma tradução portuguesa.

3) Mey, J. (org.) 1998. *Concise encyclopedia of Pragmatics*. Elsevier, Amsterdam.
É uma ótima obra de referência, que recobre todos os campos da pragmática.

4) Chierchia, G. 2003. *Semântica*. Unicamp/Eduel, Campinas.
Embora seja um manual de semântica, discute com bastante pertinência alguns dos problemas da interface semântica/pragmática, especialmente no Cap. 5, sobre “Significado e Uso”.

5) Recanati, F. 2004. *Literal meaning*. Cambridge University Press, Cambridge.
Discute em detalhes os fundamentos e as hipóteses de uma perspectiva contextualista da linguagem humana.

Outras referências citadas na entrevista:

Campos, J. 2004. *Os enigmas do nome*. Age Editora, Porto Alegre.

Jackendoff, R. 2002. *Foundations of Language. Brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford, Oxford University Press

Moura, H. 1999. *Significação e contexto*. Insular, Florianópolis.

____ 2000. “Indeterminação e negociação do sentido”. *Intercâmbio* 9. PUC-SP, São Paulo.

Pustejovsky, J. 1995. *The generative lexicon*, MIT Press, Cambridge, M.A.

Santos, M. L. 2006. *Condicionalis e contexto*. Tese defendida na UFSC, Florianópolis.

Trindade, M. 2006. *Um estudo léxico-conceptual da metonímia*. Tese defendida na UFSC, Florianópolis.